

COLÔNIA DO SACRAMENTO: COMÉRCIO, AUTORIDADE E REDE SOCIAIS NA FRONTEIRA PLATINA NO SÉCULO XVIII*

Fabrizio Pereira Prado¹

Durante o século XVIII a colônia portuguesa na América sofreu importantes transformações. Neste período a cidade do Rio de Janeiro consolidava sua importância como um dos principais entrepostos do Atlântico sul, servindo de conexão para diversas rotas terrestres e marítimas entre África, Europa e América. Para o Rio de Janeiro confluíam também as rotas que traziam metais preciosos, ouro das Minas e prata proveniente do comércio no rio da Prata. As rotas do comércio legal - e principalmente as do comércio ilegal - com o Prata ocuparam importante papel na expansão das rotas comerciais e nos negócios da elite comercial fluminense.

A fundação da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, a partir do Rio de Janeiro e sua manutenção por quase cem anos (1680 à 1777), foi a materialização do processo de expansão territorial e comercial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras rumo ao prata. Sacramento devia viabilizar e restabelecer os vínculos com o Prata rompidos após o fim da União Ibérica após 1640². A Colônia, estabelecida na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires significou o abandono dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas. No século XVIII, Sacramento ocupou papel destacado enquanto porta de entrada de produtos introduzidos por comerciantes luso-brasileiros³ e estrangeiros

* O presente trabalho constitui uma apresentação parcial do resultado de uma pesquisa mais ampla, publicada em Prado, 2002. A pesquisa contou com financiamento da CAPES. O atual desenvolvimento da pesquisa conta com apoio do Departamento de História da Emory University, Atlanta

¹ Professor no Departamento de Humanidades/UFRGS – Doutorando em História Latino Americana na Emory University.

² Acerca da forte presença comercial de mercadores luso-brasílicos em Buenos Aires, e as rotas comerciais que uniam o Prata ao Rio de Janeiro e o restante da América Portuguesa durante a União Ibérica, ver o clássico trabalho de CANABRAVA, 1942.

³ Utilizamos aqui a expressão luso-brasileiro como sinônimo de “portugueses americanos”, forma de identificação corrente no século XVIII e atribuída por Simão Pereira de Sá aos habitantes e comerciantes da Colônia do Sacramento. Sobre a designação “luso-brasileiro”, respaldamos essa utilização também na coleção “História do Império Luso-Brasileiro – 1500/1822”, editada em Portugal. Salientamos ainda a inexistência de um termo próprio para a designação dos súditos portugueses que eram nascidos na América portuguesa e/ou tinham seus interesses preferencialmente vinculados nessa região do Império. Para a América Hispânica o termo “criollo” dá conta dos indivíduos que atuavam com interesses e raízes baseados na América.

no Prata, bem como fonte de couros e principalmente da prata escoada pela “porta dos fundos” das minas de Potosí, situadas no Alto Peru (Boxer,2000:265). Sacramento era uma fonte de metal, produto fundamental em uma economia que sofria com a escassez crônica de moeda.

Com o progressivo acúmulo de importância pela cidade do Rio de Janeiro (que seria transformada em capital da administração portuguesa na América), o comércio com o prata foi também sendo protagonizado principalmente pelo comerciantes fluminenses. A região platina possuía importantes atrativos, não apenas pela prata e couro, mas pelos mercados de Buenos Aires, do Paraguai e do Alto Peru, regiões marginalizadas no abastecimento oficial hispânico. A região platina representava potenciais consumidores de escravos, açúcar, cachaça, entre inúmeras outras mercadorias que estavam na pauta negociantes cariocas.

Na primeira metade dos 1700 a Colônia do Sacramento conheceu significativo crescimento populacional, e uma estrutura urbana militarizada foi construída. A meados do século XVIII, a fortaleza já era o centro de uma vasta região polarizada pela cidade-porto na qual mercadores, camponeses, escravos e índios construíam a fronteira sul do Império Português na América. A cidade atraía pessoas pela segurança, pelo mercado, pela presença da autoridade, da Igreja, pelas festas, além de outros motivos mais conjunturais. Tal impressão se confirma quando inserimos Sacramento em seu contexto regional platino⁴.

A instalação de Sacramento na margem setentrional do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, constituiu-se no primeiro núcleo urbano e de povoamento efetivo por parte de um Império europeu na costa da Banda Oriental. Tal fato provocou mudanças profundas em Buenos Aires. Desde o princípio do século XVII até 1640, as relações entre os portugueses e castelhanos de Buenos Aires haviam sido bastante profícuas. A existência de Sacramento, a partir de 1680, fez com que os antigos laços comerciais e sociais entre lusos e portenhos fossem reativados, repercutindo no desenvolvimento de fortes intercâmbios entre agentes sociais de ambas as margens do Prata. Montoukias observou que, em fins do século XVII, o progressivo desenvolvimento comercial e o aumento da importância econômica e política de Buenos Aires em âmbito regional coincidiram com o

⁴ Para maiores informações sobre o desenvolvimento urbano de Sacramento e sua inserção regional ver Prado, 2002. Especialmente o capítulo “Uma cidade portuguesa na Banda Oriental” .

desenvolvimento das relações com a Colônia do Sacramento⁵. Tal constatação modificou a imagem construída pelas historiografias nacionais acerca das disputas coloniais no Rio da Prata, nas quais o conflito e a competição eram as tônicas das narrativas.

A presença permanente dos luso-brasileiros no estuário platino resultou no que Fernando Jumar definiu como o “complexo portuário do Rio da Prata”. Tal idéia dá conta da realidade de mútuos contatos e relações comerciais e sociais entre súditos portugueses ou hispânicos, apesar dos impedimentos legais. Esses vínculos existentes entre os portos de Buenos Aires e Sacramento (mais tarde inclui-se Montevideú), eram bastante profundos e constituíram uma característica da região. Cada porto ocupava papéis razoavelmente definidos e complementares. Pelo seu caráter de limite político ainda indefinido, a região platina era uma zona com especificidades próprias, onde as possibilidades do “trato ilícito” eram rotineiras na vida de todos os habitantes (Jumar,2000).

Foi a partir de 1716, com a segunda fundação da Colônia do Sacramento, que o complexo portuário consolidou-se e assumiu seu pleno funcionamento (Jumar,2000:86). Ao longo do período, diferentes conjunturas definiram os papéis e a atuação das elites de Buenos Aires, Colônia e Montevideú. A presença inglesa também era um fator importante no ritmo das relações entre Buenos Aires e Sacramento. Jumar salienta a evolução das relações entre os portos do complexo portuário, chamando a atenção para os momentos de acirramento bélico, como foi o caso da “tentativa de asfixia” da Colônia do Sacramento por parte da elite portenha em 1735⁶. Tratava-se da exteriorização dos interesses conflitantes entre os diferentes bandos concorrentes dentre a elite regional.

Sacramento era responsável pelos contatos diretos com o mercado Atlântico e pela introdução de mercadorias européias e brasileiras a baixos preços. Além disso, o porto de Sacramento era melhor para abrigar embarcações maiores, possuía diversas ilhas que facilitavam os descarregamentos de mercadorias e era o principal porto para reparos de barcos no Rio da Prata na primeira metade do século XVIII. Entretanto, os luso-brasileiros, a partir de 1735-37, viram-se privados da exploração dos recursos da campanha pela ação

⁵ Zacarias Moutoukias analisa o papel de Buenos Aires enquanto articuladora regional de toda uma vasta área interiorana que se estendia até o Alto Peru com o Atlântico, diretamente ou pela via da Colônia. (Moutoukias, 1988).

⁶ Entre 1735 e 1737 a Colônia do Sacramento sofreu uma ofensiva militar que desde Buenos Aires que culminou em um bloqueio de mais de um ano de duração, momento em que a população da cidade sofreu privações alimentares.

bélica do patriciado portenho. Evocando cláusulas diplomáticas do segundo tratado de Utrecht⁷, a elite de Buenos Aires buscou controlar os recursos pecuários da campanha oriental, nomeadamente, buscou evitar que os habitantes de Sacramento explorassem o gado (vacum e cavalari), ou se internalizassem na campanha. Entretanto, o predomínio da elite portenha sobre as redes comerciais com regiões interioranas em direção aos Anes ao espaço alto-peruano a tornava dependente do comércio direto com a Colônia. Enfim, é dentro desse cenário regional que a Colônia do Sacramento esteve inserida ao longo de quase um século. A vida social, econômica e política do núcleo populacional luso-americano estava articulada em função do comércio, marítimo e terrestre, no espaço platino.

Uma característica fundamental para o entendimento da própria formação desse complexo portuário, bem como do processo histórico dos atuais territórios do Uruguai, Argentina e Brasil (o estado do Rio Grande do Sul especialmente), é de que se tratava de uma região de fronteira múltipla. Castelhanos e portugueses conviviam com distintos grupos autóctones, bem como com os missionários jesuítas, que constituíam outro foco de interesses. Assim, a região platina da primeira metade do século XVIII era ao mesmo tempo um limite, uma separação. Mas era também o ponto de contato, interação e trocas recíprocas entre portugueses, espanhóis, jesuítas, índios Tape, Minuanos, Charruas, entre outros. Enfim tratava-se de um espaço fronteiriço aberto, uma região que nesse momento incorporava-se ao mundo ocidental inserida em sociedades de Antigo Regime, como era o caso dos Impérios Ibéricos da primeira metade do XVIII.⁸

No presente trabalho, buscamos analisar as forma e os métodos de articulação das elites locais através das empresas comerciais platinas enquanto vias de acesso à riqueza, poder e prestígio. O comércio surge como um fator central, elemento dinamizador da região e que envolvia uma gama variada de agentes sociais. Através da trajetória pessoal de alguns homens de negócios e de autoridades pode-se perceber as intrincadas redes sociais que cruzavam o rio da Prata entre Buenos Aires e Sacramento, estendendo tentáculos rumo aos

⁷ O segundo tratado de Utrecht definia que a área adjacente à fortaleza da Colônia não deveria exceder ao “raio de um tiro de canhão”.

⁸ Ressaltamos que ao utilizar a noção de Fronteira não estamos nos referindo à noção desenvolvida por F. Jackson Turner em seu célebre ensaio sobre o “Significado da Fronteira na História Americana”, pois tal autor utiliza o conceito referindo-se aos limites de um Estado nacional moderno. Para maiores informações sobre a fronteira platina do período ver Eduardo Neumann, 2004.

centros de poder hispânicos e lusitanos. Autoridades e comerciantes confundiam-se em um mercado em que as relações pessoais eram fatores de grande influência nas relações econômicas. O comércio congregava desde as figuras mais proeminentes da sociedade até personagens anônimos, como peões e marinheiros. Todos praticavam o comércio na região, em maior ou menor escala. Inseridos como peões nas grandes operações de contrabando, ou mesmo realizando pequenas transações, a chamada “arraia miúda” era protagonista de diversas formas de comércio⁹. Devido a este fator, optamos por mergulhar nessa sociedade justamente através dessa perspectiva, analisando as relações comerciais, que em uma sociedade de Antigo Regime se estabeleciam levando em conta muitos outros fatores além dos puramente econômicos.

No presente momento vamos nos ater especificamente ao comércio efetuado através do Rio da Prata. O comércio realizado na campanha, assim como a exploração pecuária e a abertura de caminhos também tiveram grande importância¹⁰.

Autoridade e Comércio em Buenos Aires e na Colônia do Sacramento

A historiografia platina produzida no último quartel do século XX deixou claro que, no Rio da Prata, autoridades, homens de negócio e contrabandistas confundiam-se. Os representantes do poder metropolitano necessitavam de apoio no seio da elite local para lograr impor a autoridade Real – desenhava-se uma aliança que entre burocratas e comerciantes que só deu sinais de alteração após as reformas borbônicas. Para o Prata do século XVIII, Susan Socolow (Socolow, 1991) e Zacarias Moutoukias mostraram a aliança e mesmo identidade entre autoridades e comerciantes através da compra de cargos, laços de parentesco, amizade ou negócios. Além disso, mostrou a importância dos cargos da burocracia local na estruturação das redes, que acabavam por mesclar autoridade e contrabando no estuário platino (Socolow, 1996). As demais autoridades subordinadas ao Governador em Buenos Aires, em geral funcionários vinculados a órgãos fazendários, possuíam interesses comerciais próprios (ou através de parentes e protegidos), e acabavam por se envolver em grandes negócios de contrabando (Moutoukias, 1992). A integração do

⁹ Para maiores detalhes sobre as formas de introdução de mercadorias ilícitas e as rotas de contrabando ver o trabalho já citado Fabrício Prado. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte. 2002. Especialmente o capítulo “Um porto Atlântico na Banda Oriental”.

¹⁰ Acerca destes aspectos voltamos a referenciar nossa pesquisa: Prado, 2002.

governador e seu séquito (ou os seus homens de confiança) com o patriciado local parece um ponto chave no mecanismo de funcionamento das estruturas formais de autoridade. Tal característica era marcante nas sociedades de antigo regime, especialmente na região platina.

Buscando definir esse tipo de relação típica dos impérios da era moderna, Jack Greene desenvolveu o conceito de “autoridade negociada” (Greene, 1994), o qual buscou descrever, a partir de outras referências analíticas e históricas, esse tipo de aliança entre a autoridade e os interesses locais. Russel-Wood buscou aplicar ao Brasil o mesmo conceito desenvolvido por Greene. Dentro desse marco interpretativo, João Fragoso (Fragoso, 2001) também desenvolveu suas hipóteses e pesquisas sobre o processo formativo da elite senhorial fluminense. Dessa forma, podemos verificar que tal tipo de relações sociais, e vínculos entre as autoridades e as elites comerciantes e terratenentes locais eram característicos das sociedades de antigo regime nas Américas hispânica e lusitana setecentistas.

Montoukias trabalhou detidamente um caso de enfrentamento entre facções de autoridades e negociantes em Buenos Aires da segunda metade do XVIII (Moutoukias, 1992). Nesse estudo, o autor reafirma a importância de certos postos-chaves na burocracia espanhola, como os oficiais da Real Fazenda, que juntamente com o governador eram os responsáveis pelo zelo para com o contrabando. É conveniente salientarmos que tais postos, até as reformas da década de 1770, eram obtidos através da compra. Montoukias mostra como os conflitos entre as redes atuantes em Buenos Aires vinham à tona quando da mudança de governador. Com a saída de um grupo do poder, o outro apressava-se em apresentar acusações e ocupar o espaço vacante no mercado do “complexo portuário rio-platense”. Enfim, o mercado do Rio da Prata, além de ser determinado, em grande medida, por questões políticas, estava dividido em facções. Estas definiam-se em função das alianças entre elementos das redes de fidelidades pessoais. Tais alianças eram variáveis¹¹.

¹¹ Moutoukias alerta que a posição que cada indivíduo ocupa dentro da rede é variável. Tal variação define-se pelos recursos que a pessoa pode disponibilizar. MOUTOUKIAS.1992. p 6. Jumar também tece considerações sobre os grupos em oposição no comércio Buenairense. JUMAR. 2000. Cap. IV. Para o espaço peruano, Oscar Cornblit, 1995. Para a América portuguesa, FRAGOSO, João. 2001 confirma o mesmo tipo de conflito e estruturação no mercado fluminense, definindo-o como “dominado por Bandos”. O autor ressalta ainda que tal característica também prevalecia em outras partes do Império luso no ultramar, como na Ásia. Esses bandos, chefiados por fidalgos, disputavam a supremacia e o controle do comércio e da política coloniais. P 57 e 61.

Em princípios da década de 1730, em Buenos Aires, a troca de governadores foi o princípio de uma série de confrontos entre bandos locais e tais alterações políticas teriam sérios reflexos na outra banda do Rio da Prata, na Colônia do Sacramento. A substituição do governador Bruno Maurício de Zavala (que governava as províncias do Prata desde princípios da década de 1720), por Miguel de Salcedo (que iria ser responsável pelo bloqueio militar da Colônia entre 1735 e 1737) marcou o início de uma série de pleitos legais confrontando duas poderosas facções envolvidas no comércio e na burocracia rioplatense. Nem bem saíra o antigo Governador Mauricio de Zavala, os Oficiais da Fazenda Real – responsáveis pela cobrança dos direitos, e responsáveis pelas inspeções nas mercadorias que chegassem ao porto da cidade - que trabalhavam com Zavala foram presos. As acusações lançadas por Francisco de Alzaybar, detentor de navios de registro no Prata e licença para curso e repressão ao contrabando no estuário platino, relacionava os oficiais D. Diego de Sorarte, e Alonzo de Arce y Arcos¹² a uma série de empresas de contrabando, especialmente com os Ingleses e luso-brasileiros da Colônia do Sacramento.

O esquema denunciado dizia que os Oficiais Reais e o antigo governador mantinham intensas relações com os Ingleses. Em troca de fastosos jantares, recepções e festas na feitoria do Assento da *South Sea Company*, os oficiais faziam “vista grossa” ao contrabando¹³. Eram acusados ainda de receber quantias próximas de 6.000 pesos para permitir que navios vinculados à *South Sea Company* adentrassem no porto de Buenos Aires. O juiz metropolitano que investigava as denúncias dizia que os oficiais reais demoravam entre um e três dias para realizar a visita a bordo do navio. Este tempo seria suficiente para descarregar nas ilhas do rio, temporariamente, ou armazenar na Colônia ou Banda Oriental, gêneros para comerciar. Dessa forma, quando os oficiais Reais fossem inspecionar o navio, não haveria contrabando à bordo.

Não bastassem essas acusações, outras mostravam que a empresa do contrabando era ainda mais articulada e complexa. O genro de Diego de Sorarte, Adrian Pedro Warnes,

¹² Diego de Sorarte havia sido contador da Reais Caixas no princípio do século XVIII, tendo sido afastado por envolvimento no Contrabando. Alonzo de Arce y Arcos, era filho de um ex-governador das Províncias do Rio da Prata, também do início do século. AGN – Tribunales Sala IX 39.9.4 Exp. 01

¹³ Pelo segundo Tratado de Utrecht, de 1715, ficava estipulado que a Inglaterra tinha direitos de introduzir uma larga quantia de mercadorias e escravos na região platina via Buenos Aires. Assim, existiam feitorias inglesas no Rio da Prata, locais de depósito de escravos e mercadorias, em ambas as margens do estuário platino.

era um homem de negócios de Buenos Aires que, após o casamento com Savina Sorarte, progrediu na carreira na cidade na qual havia chegado durante a década de 1720. Warnes era acusado de estar envolvido na introdução de diversos gêneros de contrabando, dos quais muitos eram comercializados por um outro comerciante, em Buenos Aires, Juan de Mosqueria. Este último possuía uma venda célebre por oferecer todo tipo de artigos de contrabando, por isso cognominada “arca de noé”. Esse grupo centrado em Diego de Sorarte e sua filha Savina, vão originar um dos principais clãs de comerciantes da Buenos Aires vice-reinal (Socolow, 1996).

Neste momento, na Colônia do Sacramento, as relações entre o governador Antônio Pedro de Vasconcellos (governador de Sacramento entre 1722 e 1749) e alguns comerciantes, especialmente Joseph Meira da Rocha, estavam começando a se tornar conflituosas, configurando-se num enfrentamento de bandos similar ao que estava se desenrolando em Buenos Aires. De acordo com Meira da Rocha:

“Neste mes chegaram a Buenos Aires os navios do assento da Inglaterra, e juntamente, o rezisto em q. veio o novo governador, e ministros para aquella cidade os quais tem feito suas reformas nos officiais antigos achando-se ja alguns prezos; e com os bens confiscados, o que tem cauzado seus azedumes, de bocca a esta praça ou aos ministros della na concideração de q. algum dia suseda por ca o mesmo q. não falta em q.”¹⁴

Meira refere-se às investigações que culminaram com a prisão e embargo de bens de Diego de Sorarte e Alozo de Arce y Arcos: os oficiais reais encarregados pela fiscalização fazendária. Meira da Rocha insinua que os oficiais da Colônia do Sacramento sentiram temor de que, algum dia, investigações e processos semelhantes viessem a ocorrer na Colônia. Tal passagem é um índice denunciador da estrutura das alianças entre o Governador e seus oficiais, e das implicações destes com as empresas de comércio que cruzavam o Prata. As acusações de Meira da Rocha, na verdade, centraram-se em Vasconcellos por ele ser a parte mais visível do esquema, a figura mais proeminente do bando que atuava no complexo portuário do Prata a partir de Sacramento.

As denúncias do comerciante Meira da Rocha contra Vasconcellos passavam pela revelação aos centros de poder, nomeadamente Lisboa, dos negócios extra-oficiais com os

¹⁴ LISANTI FILHO, L. 1973. Cartas da Colônia do Sacramento. P 337. 14/III/1734.